

CIDADES BRASILEIRAS, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL
BRAZILIAN TOWNS, GROWTH AND SOCIAL INEQUALITIES

Edemir de CARVALHO¹

RESUMO: a urbanização no Brasil, desde os anos 1950, tem apresentado índices surpreendentes, pois, até os anos 40, a população urbana brasileira era apenas 37% do total, enquanto que nos anos 90 ela se aproxima dos 80%. O crescimento das cidades médias, em detrimento do crescimento das metrópoles, não trouxe nenhuma melhor condição de vida para as populações urbanas. O que é pior, a distribuição de renda piorou em todos os níveis de aglomerações urbanas. O fato a ser observado é a piora das condições gerais de reprodução da força de trabalho, ou seja, o trabalhador tem enfrentado uma vida mais cara em todas as cidades, a despeito do aumento do PIB, em todas elas.

PALAVRAS-CHAVE: cidades; urbanização; metropolização; desigualdades sociais; renda.

As cidades médias brasileiras, nos últimos 20 anos, têm apresentado um dinamismo diferenciado, tanto no que se refere ao seu crescimento anterior, quanto à sua diversificação social e econômica, transformando radicalmente a sua importância em relação às grandes questões sociais brasileiras. Acrescenta-se o fato de que estas cidades conformaram uma nova distribuição espacial e socioeconômica da população, com implicações diretas nas políticas públicas e, principalmente, nos investimentos de toda ordem.

Essa inédita característica da urbanização brasileira não é somente um processo endógeno e peculiar ao Brasil, pois, a maioria dos países latino-americanos, a exemplo da Argentina, Chile, Peru e Colômbia apresentou, nestes últimos vinte anos, fenômenos de crescimento das cidades médias, similares ao processo brasileiro, ou seja, a taxa de urbanização está entre 70 e 80%, considerando as taxas nacionais.

A urbanização brasileira, a partir do último quarto do século XIX, permite identificar claramente pelo menos três grandes fases do crescimento populacional urbano: uma primeira fase, definida por uma divisão territorial do trabalho extremamente marcada pelo setor primário e fortemente concentrado nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A segunda fase, a partir dos anos 30 e acelerada nas décadas dos anos 1950, 1960 e 1970, todavia, ainda concentrada nestes estados, mas com uma

¹ Docente do Departamento de Sociologia e Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Campus de Marília.

considerável diferença, ou seja, uma forte mobilização de capitais e de mão-de-obra, além dos altíssimos investimentos públicos na montagem e consolidação dos sistemas nacionais de educação, saúde e seguridade social (previdência social). Por último, a terceira fase, implementada no final dos anos de 1970, com grandes transformações nas décadas seguintes, particularmente em relação à emergência de um processo de crescimento urbano, com taxas de urbanização entre 90 e 97%, conformando um imenso mercado de trabalho urbano, que permanece concentrado na Região Sudeste, mas, agora, também com importantes concentrações populacionais urbanas em outras Regiões, como é o caso do Nordeste.

Até os anos 30 do século XX, a economia primário-exportadora, baseada na produção de café, promove uma poupança interna que vai permitir a expansão capitalista a partir de São Paulo. A economia cafeeira criou condições auto-sustentáveis, na medida em que, no Estado de São Paulo, foi implementada uma rede de cidades que deram suporte à exportação do café, como também a diversificação dos investimentos econômicos. Essas cidades, pertencentes a essa rede urbana, iniciaram a modernização do mercado de trabalho, fazendo emergir novos setores econômicos urbanos, como também, transformam as relações de trabalho, principalmente pela formalização da relação assalariada.

Em relação estritamente às relações de trabalho, na década de 30, foram várias as medidas tomadas:

[...] formularam-se direitos trabalhistas tais como os seguintes: salário mínimo; jornada máxima de oito horas de trabalho; igualdade salarial sem distinção de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; repouso semanal remunerado; férias anuais remuneradas; proibição de trabalho noturno a menores de 16 anos; proibição de trabalho a menores de 14 anos; assistência médica ao trabalhador e a gestante; carteira profissional; regras jurídicas para a criação e o funcionamento de sindicatos; federações e confederações; etc. Em poucos anos, pois, o sindicalismo brasileiro passava a fazer parte intrínseca do sistema-político-administrativo estatal. (FALEIROS, 1980, p. 99)

A montagem de uma estrutura urbana/industrial exigiu não somente uma legislação social que adequasse as relações sociais à nova realidade, mas também exigiu a produção, por parte do Estado, de condições materiais de realização do capital e da reprodução da força de trabalho.

Quando, na década de 30, as cidades já iniciavam a montagem do parque industrial, isso provocou grandes deslocamentos de população em direção às cidades. Esse novo e grande contingente populacional gerou necessidades sociais que correspondiam tanto à força de trabalho, quanto ao novo padrão de acumulação. Portanto, as demandas sociais que se formaram,

em relação aos transportes, à infraestrutura (água, esgotos, etc.), educação e, principalmente à habitação foram condições bancadas pelo Estado.

Ainda nesse período, a modernização do transporte terrestre, principalmente pela introdução das ferrovias e, posteriormente, pelas rodovias, facilitou o deslocamento de mercadorias e pessoas entre essas cidades. Foi um período em que a mobilização de mão-de-obra se deu apoiada por uma grande imigração externa, sendo que a migração interna só iria acontecer nos anos 50.

Se nessa primeira fase da urbanização, a Região Sudeste teve a primazia das transformações modernizadoras da sociedade brasileira, reconhece-se que esta modernização implicou na concentração de grandes cidades na Região, formando não só as primeiras metrópoles, mas a quarta maior metrópole mundial, São Paulo. A concentração populacional implicou no estabelecimento daquilo que se pode denominar de um conjunto de condições gerais da reprodução da força de trabalho, pois, além do sistema de transportes, foram criados sistemas de saúde e educacional. As outras Regiões permaneceram acanhadas.

Em contrapartida, foi nessa Região que as contradições urbanas ocuparam um lugar destacado como questão social. Essas contradições estavam expressamente manifestas na igual concentração de pobreza e miséria urbana, especialmente nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, no final do século XIX, apareceram as favelas, com as primeiras ocupações dos morros; enquanto que, na cidade de São Paulo, são os cortiços os focos mais expressivos das contradições urbanas.

A contradição, quase um paradoxo, é a necessidade de uma mão-de-obra cada vez mais qualificada, educada e gozando de saúde, em contraposição ao ineficiente e insuficiente conjunto de condições gerais de reprodução da força de trabalho. Dito de outra forma, fez-se emergir nos anos 30, a questão urbana. A imigração estrangeira já não era tão intensa, bem como seu destino também não eram mais as zonas rurais produtoras de café, pois a incipiente economia industrial dos anos 20 e 30 exigiram uma urbanização diferenciada dos anos anteriores, fazendo da cidade de São Paulo uma metrópole de um milhão de habitantes, aproximadamente, nos anos 30.

Tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro, as contradições aparecem, exibindo a pobreza urbana como uma condição a ser mantida pela implantação dos sistemas públicos de educação, saúde e seguridade, muito aquém das reais necessidades de propiciar condições dignas de reprodução da força de trabalho.

Entre os anos 30 e 50, a conjuntura social e econômica brasileira apresentam grandes mudanças direcionadas para a industrialização, fazendo

com que a urbanização fosse subsidiária de três processos interdependentes: a industrialização; a mobilização da força de trabalhos através da imigração interna e a implementação maciça de políticas públicas, especialmente voltadas ao trabalhador urbano, concentrado nas grandes cidades.

Foi em São Paulo que a industrialização estabeleceu seu espaço hegemônico, coadjuvado, naquele momento, pela economia cafeeira e por outros rentáveis produtos agrícolas, sustentáculos da economia agrário-exportadora. A concentração industrial em São Paulo acentua-se nos anos 30, incrementando todo um novo mercado de trabalho urbano, com uma diversificada oferta de postos de trabalho. (CANO, 1983; SILVA, 1981).

Esse incipiente e crescente mercado de trabalho estimulou a migração interna, ensejando a migração nordestina principalmente para o Estado de São Paulo. Foram os fluxos migratórios nordestinos, nas décadas seguintes, que propiciaram a emergência da primeira Região Metropolitana, no Brasil.

Identificam-se, nessa primeira metade do século XX, algumas transformações importantes nas cidades, para a constituição desse mercado de trabalho urbano:

- a) as mudanças em relação ao avanço das forças produtivas, principalmente da força de trabalho, foram provocadas por uma acentuada descontinuidade entre as relações de produção predominantes, até então, e a socialização do desenvolvimento das forças produtivas, especialmente nos centros urbanos do Estado de São Paulo;
- b) a transição, iniciada no começo do século XX, colocou no cenário urbano a necessidade da presença do Estado como formulador de políticas urbanas e articulador ou organizador deste espaço. Contudo, estas iniciativas apenas visavam à introdução de novas cidades como pólos regionais;
- c) a face social centrou-se na habitação, constituindo novas formas de ocupação e moradia, impondo à classe trabalhadora alternativas de produção da habitação altamente mercantilizadas, bem como, outras alternativas de produção da habitação popular muito precárias, além dos cortiços ou da chamada auto-construção.

A periferização ocorrida esteve atrelada a uma diferenciação do espaço urbano, pois a formação de uma nova centralidade significou uma correspondente especialização do espaço urbano. Os conjuntos habitacionais expressaram a acentuada divisão social do trabalho, no espaço urbano, criando os espaços operários e, além disso, o centro urbano passou a absorver um número cada vez maior de novas atividades, gerando um mercado de trabalho diversificado e mais complexo.

A partir dos anos de 1950, a industrialização, baseada numa organização da produção fordista, impôs um padrão de urbanização com características tipicamente metropolitanas, ou seja, uma forte expansão urbana, criando imensas periferias. Naqueles anos, Campinas, mesmo sem apresentar uma população numerosa, já prenunciava esse padrão periférico de urbanização:

[...] já em 1953, cerca de 100.000 (cem mil) lotes, isto é, a soma de terrenos edificáveis aprovados, correspondia a uma população de cerca de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, ou seja, 2,5 (duas e meia) vezes a população lá residente. (CARVALHO, 1991, p. 73)

É esse padrão de urbanização que vai moldar a cidade brasileira, a partir dos anos 50, criando enormes periferias sem as mínimas condições de habitabilidade, criadas com o argumento de absorver os grandes contingentes de trabalhadores que se instalavam nas cidades, especialmente as da Região Sudeste.

Com a consolidação de uma classe trabalhadora a partir dos anos 50, explicita-se de forma clara e inequívoca uma questão urbana: a habitação popular, entendida em toda a sua extensão, desde a produção de loteamentos, regulares ou clandestinos, bem como a produção em escala de casa populares, formando imensos conjuntos habitacionais populares.

A questão urbana que está posta através da habitação popular, nas suas mais variadas formas, é a segregação sócio-espacial (LOJKINE, 198; KOWARICK, 1979) que a urbanização vai produzir. Assim, nascem as imensas periferias desprovidas de qualquer infraestrutura urbana ou equipamentos e serviços públicos. Essa condição vai marcar todas as cidades brasileiras, nas décadas seguintes, promovendo um enorme ônus às gerações subseqüentes.

A desigualdade social inicialmente colocada como questão urbana, lá nos anos 50, chega, nos anos 70 e 80, impondo à força-de-trabalho uma carga de espoliação urbana (KOWARICK, 1979), manifesta em todos os recantos da cidade, por onde se mobilizasse o trabalhador. Seja através dos grandes percursos entre sua moradia e o local de trabalho, seja pelas condições de trabalho, ou ainda pelas ausências freqüentes de equipamentos ou serviços públicos.

Os anos 70 revelaram também um afluxo crescente de pessoas para as cidades cada vez maiores; um expressivo e contínuo processo de metropolização desigual no território nacional, já que os contrastes socioeconômicos existentes no País também se expressam na sua urbanização. Enquanto o Nordeste, o Norte e mesmo o Sul se urbanizam a taxas abaixo da média nacional de 45% em 1960, o Sudeste já a apresentava superior a 50%. Em 1980, o Sudeste já possuía um grau de urbanização da ordem de 80%. (BAENINGER, 1992)

O primeiro resultado dessa urbanização proveniente da industrialização foi a formação de uma estrutura urbana inicialmente calcada em 9 (nove) Regiões Metropolitanas, impondo um significativo e unificado mercado de trabalho urbano, cujo legado é a árdua tarefa de superar as desigualdades sociais, herança e sustentação daquela industrialização. Esta estrutura urbana vai concentrar trabalhadores nessas Regiões Metropolitanas, apresentando taxas de crescimento populacional de 3,8%,², aproximadamente.

Na década dos anos 1990, observam-se grandes modificações no espaço urbano brasileiro, particularmente no crescimento das cidades médias e no surgimento de outras novas Regiões Metropolitanas, na Região mais industrializada.

A recente globalização econômica pressupõe o desenvolvimento e expansão do capitalismo no mundo em novos patamares e fronteiras. Isto significa que as forças produtivas, o capital, a força de trabalho, a tecnologia e o mercado expandem-se em todos os lugares. A economia internacional e os mercados financeiros tornam-se cada vez mais integrados e unificados. Vale dizer que a urbanização deixa de ser um processo exclusivamente nacional para cada vez mais, tornar-se um processo mundial.

Essas transformações, além de reordenar a estrutura urbana brasileira, também, recolocam em questão as condições de reprodução da classe trabalhadora, visto que herdamos uma dívida social que dificilmente poderemos superar. Os dados censitários recentes dão conta de que os índices pouco progrediram no que tange à melhoria da qualidade de vida.

TABELA 1 - Distribuição de renda nas cidades brasileiras.

	Menos de 50 mil	Entre 50 e 100 mil	Entre 100 e 250 mil	Entre 250 e 500 mil	Mais de 500 mil
Número de Municípios	4.025	281	120	40	25
População total, 1980	48.025.584	15.124.290	13.145.870	10.105.283	31.861.516
RFPC** Média de 1980 (SM*)	0,76	1,10	1,38	1,83	2,01
RFPC menor de 0,5 SM 1980	58,66%	44,22%	30,65%	21,33%	21,35%
População Total, 1991	56.865.761	19.232.673	18.353.507	13.535.713	38.837.821
RFPC Média 1991 (SM)	0,68	0,95	1,27	1,69	1,90
RFPC menor de 0,5 SM 1991	64,86%	52,24%	37,88%	28,79%	28,56%

Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos.

Elaboração: Equipe do Mapa da Inclusão/Exclusão Social e Qualidade de Vida de Marília.

* Salário mínimo - ** Renda familiar per capita.

² “As taxas de crescimento da população metropolitana nacional passaram de 3,8% a.a. nos anos 1980, representando cerca de 29% do total da população brasileira” (BÓGUS; VÉRAS, 2000).

A cidades médias estão entre 100 mil e 500 mil habitantes, apresentando índices de distribuição de renda per capita próximos ao das metrópoles, ou seja, quanto maior for a cidade média, melhor será a distribuição per capita. Enquanto nas cidades menores, a renda média per capita é muito inferior a das cidades maiores.

A tabela 1 evidencia a permanência das velhas estruturas sociais da acentuada desigualdade social brasileira, com um fato peculiar, ou seja, a pobreza, nos dias atuais, é urbana, mesmo nos mais distantes municípios dos centros mais urbanizados e capitalizados. Mesmo considerando os municípios mais adensados, a média nacional da Renda Média Familiar Per Capita – RFPC, em 1981, pouco ultrapassava a casa de 2 salários mínimos (cidades acima 500 mil habitantes). Em contrapartida, nas mesmas cidades, com população acima de 500 mil habitantes, em 1991, a RFPC média, baixou, indicando um empobrecimento dessas populações urbanas.

Esta constatação se confirma para os dados da relação entre habitantes e o Produto Interno Bruto – PIB, observando-se o mesmo período. A relação perversa da distribuição da riqueza produzida mantém o mesmo patamar de desigualdade social.

TABELA 2 - PIB nas cidades brasileiras.

	Menos de 50 mil	Entre 50 e 100 mil	Entre 100 e 250 mil	Entre 250 e 500 mil	Mais de 500 mil
Número de Municípios	4.025	281	120	40	25
População total, 1980	48.025.584	15.124.290	13.145.870	10.105.283	31.861.516
PIB de 1980	\$107.125.498,00	\$56.477.701,00	\$71.830.466,00	\$611.552.208,00	\$247.462.586,00
PIB Per Capita de 1980	\$2.308,22	\$3.969,06	\$5.437,56	\$6.115,90	\$7.138,78
População Total, 1991	56.865.761	19.232.673	18.353.507	13.535.713	38.837.821
PIB de 1990	\$123.396.158,00	\$65.044.663,00	\$91.930.087,00	\$73.907.622,00	\$276.308.341,00
PIB per capta de 1990	\$2.219,32	\$3.493,40	\$5.191,28	\$5.628,48	6.795,65

Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos.

Elaboração: Equipe do Mapa da Inclusão/Exclusão Social e Qualidade de Vida de Marília.

O PIB per capita no período de 1980/90 decresceu, enquanto que a população cresceu. Estes dados sugerem que a população urbana tem incrementado a sua pobreza e também a sua miséria, pois, em todos os níveis de cidades, sejam elas grandes, médias ou pequenas, o PIB cresceu e a distribuição do PIB per capita decresceu.

Esta estrutura distributiva da riqueza gerada, bem como da renda, indica uma grave situação das populações urbanas, ou seja, particularmente nesta última década, a urbanização impôs um ritmo mais lento ao crescimento das metrópoles, incrementando as taxas de crescimento das cidades médias. Não se distribuiu riqueza mas, sim, pessoas, por todo território nacional. Os encargos municipais, para suprir as novas demandas, certamente tornarão a vida, nessas cidades, mais cara, particularmente no que diz respeito aos bens e serviços públicos.

CARVALHO, E. Brazilian towns, growth and social inequalities. *Revista ORG & DEMO* (Marília), n. 3, p. 45-54, 2002.

ABSTRACT: urbanization of Brazil since 1950's has showed surprising indices, for up to the 1940's Brazilian urban population came only to 37% of the total number, while in the 1998's it approximated to 80%. Middle towns growth, to the detriment of cities growth, has not improved life conditions for urban populations. What is worse, income distribution has also worsened in all levels of urban agglomerations, what should be given emphasis is the worsening of general conditions of labour force reproduction, i.e. worker has been confronted by increasingly living costs in all towns, despite the raising of GDP (gross domestic product) of all of them.

KEYWORDS: towns; urbanization; metropolization; social inequalities

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. O processo de urbanização no Brasil: características e tendências. In: BÓGUS, L. M. M.; WANDERLEY, L. E. (Orgs.). *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.
- BÓGUS, L. M. M.; BICUDO, V. M. P. A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização. In: BÓGUS, L. M. M.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.) *Cadernos metrópole: desigualdade e governança*. n 3, São Paulo, EDUC, 2000.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- CARVALHO, E. *Crise urbana e habitação popular em Campinas: 1870/1956, 1991*.
- FALEIROS, V. P. *A política social e o Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social*. São Paulo: Cortez, 1980.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Col. Estudos Brasileiros. v. 44).
- LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.